



PREVISCANIA SOCIEDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

POLÍTICA DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento de Terrorismo

Versão 01.

Aprovado pelo Conselho Deliberativo em 20 de junho de 2022.

Validade de 02 anos.

ÍNDICE

1. Apresentação	03
2. Objetivo	03
3. Aplicação	04
4. Definições	04
5. Princípios e Diretrizes	05
6. Papéis e Responsabilidades	06
7. Avaliação Interna de Riscos	10
8. Procedimentos Destinados ao Conhecimento de Clientes e Colaboradores	12
9. Registro, Monitoramento, Análise e Comunicação de Operações	14
10. Acompanhamento, Controle e Avaliação de Efetividade	15
11. Disposições Finais	16

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1** A Previscania - Sociedade de Previdência Privada, doravante designada apenas “Previscania” ou “Entidade” é uma entidade fechada de previdência complementar – EFPC cujo objetivo estatutário é a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social.
- 1.2** Enquanto EFPC, a Previscania sujeita-se à supervisão da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, que editou, no dia 28 de outubro de 2020, a Instrução Normativa nº 34, que dispõe acerca da necessidade de elaboração, aprovação e manutenção de Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo – PPLD-FT.
- 1.3** A determinação da PREVIC encontra fundamento na Lei nº 9.613/1998 (Lei de Prevenção aos Crimes de Lavagem de Dinheiro) e na Lei nº 13.260/2016 (Lei de Enfrentamento ao Terrorismo), que, por sua vez, observam recomendações do Grupo de Ação Financeira sobre Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo – GAFI, do qual o Brasil é membro.
- 1.4** Enquanto EFPC que pode ser considerada como de pequeno porte e complexidade, a Previscania gere apenas um plano de benefícios patrocinado, sendo a larga maioria dos recursos que ingressam na Entidade provenientes de aportes das Patrocinadoras em favor dos seus participantes e de valores descontados dos salários dos participantes pagos a eles pelas Patrocinadoras. O reduzido quadro de Colaboradores da Entidade e o rigoroso processo de escolha de seus prestadores de serviço contribuem para a menor exposição da Previscania a ser utilizada como meio para a prática de ilícitos relacionados a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.

2 OBJETIVO

- 2.1** Está PPLD-FT tem por objetivo estabelecer diretrizes a serem observadas no âmbito da Previscania para prevenir e evitar o cometimento de quaisquer práticas ilícitas relacionadas à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo por meio de sua estrutura, bem como para orientar a sua atuação com vistas a observar a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
- 2.2** Está PPLD-FT também apresenta orientações sobre as circunstâncias que podem indicar lavagem de dinheiro ou financiamento terrorista, e como os Colaboradores e Gestores da Previscania devem agir a fim de reduzir o risco de que a Entidade seja usada para lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo.

3 APLICAÇÃO

3.1 Todos os Colaboradores, participantes, assistidos, Patrocinadoras e prestadores de serviço da Entidade devem observar o disposto nesta PPLD-FT, no que a cada um deles se aplicar.

4 DEFINIÇÕES

4.1 AIR: é a Avaliação Interna de Risco, realizada conforme dispõe o Tópico 7 desta PPLDFT.

4.2 Clientes: são as Patrocinadoras, os participantes, assistidos e beneficiários dos Planos.

4.3 COAF: é o Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão governamental que atua na prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.

4.4 Colaboradores: são os empregados, estagiários, dirigentes e conselheiros da Entidade, bem como aqueles que, mesmo não tendo vínculo direto com a Entidade, participam de sua administração ou operação.

4.5 Diretor PLD-FT: é o membro da Diretoria Executiva da Entidade designado pelo Conselho Deliberativo como responsável pelo cumprimento das obrigações previstas na legislação de regência que trata de prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo no âmbito das EFPC.

4.6 EFPC: são as entidades fechadas de previdência complementar, inclusive a Previscania.

4.7 Entidade: é a Previscania - Sociedade de Previdência Privada.

4.8 FATCA: é o *Foreign Account Tax Compliance Act*, lei norte-americana reconhecida pelo Brasil que objetiva evitar a evasão tributária nos Estados Unidos da América - EUA.

4.9 Financiamento do Terrorismo: é a reunião de ativos financeiros ou bens patrimoniais para financiar a realização de atividades terroristas.

4.10 Lavagem de Dinheiro: é o processo utilizado para ocultar ou dissimular a origem ilícita de determinados ativos financeiros ou bens patrimoniais com o intuito de lhes dar aparência legal, para futura utilização.

4.11 Listas Restritivas: são cadastros, de fontes públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, que permitem a consulta de indivíduos e organizações que já foram comprovadamente associados a crimes de Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo ou outras atividades ilícitas relacionadas.

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

- 4.12 Patrocinadoras:** são as patrocinadoras dos Planos, sendo, na data da aprovação desta PPLD-FT, a Scania Latim América Ltda. e a própria Previscania.
- 4.13 PEP:** é a Pessoa Exposta Politicamente, assim considerada a pessoa natural que desempenha ou tenha desempenhado, nos cinco anos anteriores, cargo, emprego ou função pública relevantes, assim como funções relevantes em organizações internacionais, nos termos do que consta do Tópico 8 desta PPLD-FT.
- 4.14 Planos:** são os planos de benefícios administrados pela Previscania, sendo, na data da aprovação desta PPLD-FT, apenas o Plano de Benefícios Previscania (CNPB nº 19.990.023-18).
- 4.15 PPLD-FT:** é esta Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.
- 4.16 Prestadora de Serviços de Administração:** empresa que presta serviços de administração dos Planos à Previscania, sendo, na data da aprovação desta PPLD-FT, a SINQIA.
- 4.17 PREVIC:** é a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, órgão governamental de supervisão das EFPC.
- 4.18 RAE:** é o Relatório de Avaliação de Efetividade, aprovado anualmente pela Diretoria Executiva que deverá ter o conteúdo citado no Tópico 10 desta PPLD-FT.
- 4.19 US Person:** é o participante ou assistido que possua pelo menos uma das características citadas no FATCA para enquadramento nessa condição, nos termos do que consta do Tópico 8 desta PPLD-FT.

5. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

5.1 Constituem-se princípios e diretrizes que regem a atuação da Previscania no que diz respeito à prevenção de crimes de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento do Terrorismo:

- a. Conformidade com a legislação e com as normas internas da Entidade;
- b. Ações de prevenção condizentes com o perfil de risco, porte e complexidade da Entidade;
- c. Definição clara de responsabilidades pelas ações de prevenção;
- d. Continua capacitação dos Colaboradores;

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

- e. Avaliação periódica dos riscos às quais a Entidade esteja sujeita, bem como da efetividade dos procedimentos adotados para evitar a concretização dos riscos;
- f. Sigilo em relação a todas as informações relacionadas a indícios ou suspeitas de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, sem prejuízo dos reportes e comunicações a órgãos públicos, nos termos da legislação;
- g. Utilização do sistema bancário nacional para a realização de qualquer transação financeira, sendo vedados recebimentos ou pagamentos em espécie, inclusive depósitos em espécie;
- h. Contínua promoção de cultura organizacional orientada à prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, contemplando, inclusive, os Colaboradores, parceiros e prestadores de serviços.

6. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

6.1 As ações voltadas à prevenção da Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo envolvem órgãos internos da governança da Previscania e prestador de serviço que age sob seu comando, todos imbuídos do propósito de cooperar para evitar que a estrutura da Entidade seja utilizada para o cometimento de ilícitos.

6.2 A Previscania mantém estrutura interna formada por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. A esta última reporta-se a Prestadora de Serviços de Administração. Diante dessa estrutura, as responsabilidades pelo cumprimento desta PPLD-FT estão assim distribuídas:

6.3 Conselho Deliberativo:

- a. aprovar a PPLD-FT, bem como suas atualizações;
- b. designar, dentre os membros da Diretoria Executiva, o Diretor PLD-FT;
- c. conhecer a AIR que lhe for submetida pela Diretoria Executiva;
- d. conhecer o RAE que lhe for submetido pela Diretoria Executiva;
- e. determinar aprimoramentos nos processos, quando aplicável.

6.4 Diretoria Executiva:

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

- a. propor ao Conselho Deliberativo a PPLD-FT, bem como suas atualizações, mediante revisões que devem ocorrer, no máximo, a cada dois anos;
- b. aprovar a AIR e encaminhá-la para os Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- c. aprovar o RAE e encaminhá-lo para os Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- d. aprovar a contratação de eventos, que importem ônus à Entidade, de capacitação de Colaboradores sobre a prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo;
- e. na admissão de Colaboradores que sejam remunerados, direta ou indiretamente, pela Entidade, adotar medidas necessárias visando mitigar o risco de a Previscania ser utilizada para a prática de crimes de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento do Terrorismo (KYE), sempre de acordo com as normas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo vigentes;
- f. observar, nas contratações de prestadores de serviço, os procedimentos necessários de coleta, verificação, validação e atualização de informações cadastrais, com o objetivo de identificar os empregados, parceiros e os prestadores de serviços, com o intuito de mitigar o risco de a Entidade ser utilizada para a prática de crimes de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento do Terrorismo;
- g. nas hipóteses dos itens anteriores (admissão de Colaboradores e contratações de prestadores de serviço), determinar, quando julgar necessário, a consulta em Listas Restritivas (KYE), sempre de acordo com as normas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo vigentes.

6.5 Diretor PLD-FT

- a. acompanhar os trabalhos realizados pela Prestadora de Serviços de Administração, com competência para aprovar medidas voltadas ao cumprimento desta PPLD-FT que não sejam expressamente da alçada dos Conselhos Deliberativo e Fiscal ou da Diretoria Executiva;
- b. relacionar-se com os órgãos públicos em matéria de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo;
- c. sanar dúvidas suscitadas pela Prestadora de Serviços de Administração quanto à comunicação ao COAF de operações cuja suspeição esteja sendo avaliada;
- d. avaliar, com o eventual apoio da Prestadora de Serviços de Administração, a política e as práticas relacionadas à prevenção de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento do Terrorismo das instituições financeiras que administrem ou que sejam selecionadas para administrar os

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

investimentos dos Planos, determinando, quando for o caso, a realização de *due diligence* específica;

- e. analisar previamente e dar aval para o estabelecimento de relação jurídica contratual com Cliente, Colaborador, parceiro ou prestador de serviços que seja ou se torne PEP ou que tenha dentre os seus representantes legais PEP, exceto em relação à adesão de pessoa física ou jurídica na condição de participante ou Patrocinadora de plano de benefícios da Entidade, respectivamente, feitas nos limites do Estatuto Social da Previscania e dos Regulamentos dos Planos;
- f. previamente à implantação de novos planos de benefícios e serviços a serem prestados pela Entidade, bem como antes da implementação de novas tecnologias, emitir, com o eventual apoio da Prestadora de Serviços de Administração, parecer conclusivo acerca da majoração ou surgimento de novos riscos relacionados à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, sugerindo medidas mitigadoras, quando for o caso;
- g. determinar que a Prestadora de Serviços de Administração realize diligências adicionais para a obtenção e confirmação das informações cadastrais dos Clientes, quando julgar necessário;
- h. atuar, com eventual apoio da Prestadora de Serviços de Administração, como multiplicador da cultura de prevenção e combate à prática de Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo, inclusive incentivando a participação dos Colaboradores em eventos de capacitação que não importem ônus à Entidade.

6.6 Conselho Fiscal

- a. conhecer a AIR que lhe for submetida pela Diretoria Executiva;
- b. conhecer o RAE que lhe for submetido pela Diretoria Executiva;
- c. incluir no escopo de seus relatórios semestrais de controles internos avaliações acerca das medidas adotadas pela administração da Entidade para a prevenção de Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo, levando suas conclusões, recomendações, análises e manifestações ao conhecimento do Conselho Deliberativo.

6.7 Prestadora de Serviços de Administração

- a. monitorar a edição de normas supervenientes sobre o tema, verificando os impactos nos processos tratados nesta PPLD-FT, reportando-se ao Diretor PLD-FT;

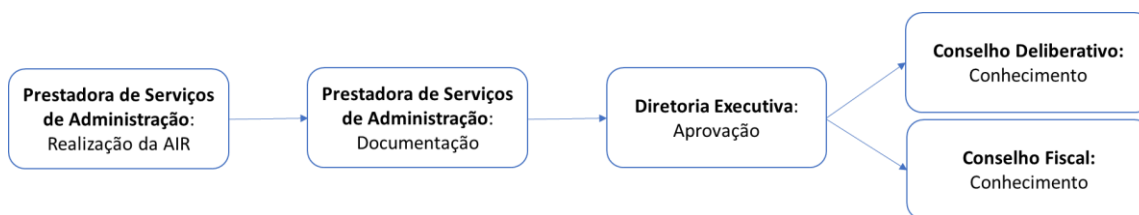
PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

- b.** propor ao Diretor PLD-FT medidas de desenvolvimento da cultura organizacional voltadas à prevenção da Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo;
- c.** apoiar a Entidade na manutenção de um cadastro atualizado dos Clientes, com informações que observem níveis diferenciados de detalhamento proporcionais às categorias de risco do Cliente, devendo ser adotadas, quando determinado pelo Diretor PLD-FT, diligências adicionais para obtenção e confirmação das informações, quando necessário;
- d.** identificar, por meio de autodeclaração ou mediante adoção de diligências adicionais determinadas pelo Diretor PLD-FT, participantes e assistidos enquadrados como PEP, *US Person* ou outra condição que mereça especial atenção;
- e.** instituir procedimento específico para identificação da origem de contribuições voluntárias/adicionais de qualquer valor, de participantes enquadrados como PEP, e dos demais participantes, iguais ou superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), quando a origem da contribuição não seja o seu salário pago pela Patrocinadora;
- f.** instituir procedimento específico para identificação da origem de valores pagos à Entidade a título de amortização parcial ou quitação de contrato de empréstimos, independentemente do valor, se o pagamento for feito por PEP, ou a iguais ou superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), quando o participante ou assistido não for PEP, quando a origem do valor não seja o seu salário pago pela Patrocinadora ou benefício pago pela Entidade;
- g.** incluir, na rotina de mapeamento de riscos da Entidade, a realização da AIR, documentando o seu resultado no máximo a cada dois anos, encaminhando para aprovação da Diretoria Executiva;
- h.** garantir a atividade do cadastro da Entidade junto ao Sistema de Controle de Atividades Financeiras do Coaf – Siscoaf;
- i.** registrar, monitorar e analisar operações, comunicando ao COAF aquelas que, conforme os critérios definidos no Tópico 9 desta PPLD-FT, devam ser comunicadas, tempestivamente, sem dar ciência aos envolvidos ou a terceiros;
- j.** comunicar à PREVIC, quando for o caso, a não ocorrência de propostas, transações ou operações passíveis de comunicação ao COAF, mediante ofício até o último dia do mês de janeiro do ano subsequente ao exercício;

- k. realizar, a pedido do Diretor PLD-FT, *due diligence* específica em instituições financeiras que administrem ou que sejam selecionadas para administrar os investimentos dos Planos, a fim de avaliar a política e as suas práticas relacionadas à prevenção de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento do Terrorismo;
- l. elaborar, a pedido do Diretor PLD-FT, minuta de parecer que disponha acerca da majoração ou surgimento de novos riscos relacionados à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, previamente à implantação de novos planos de benefícios e serviços a serem prestados pela Entidade, bem como antes da implementação de novas tecnologias;
- m. elaborar anualmente, o RAE;
- n. atuar, apoiando o Diretor PLD-FT, como multiplicador da cultura de prevenção e combate à prática de Lavagem de Dinheiro e do Financiamento do Terrorismo.

7. AVALIAÇÃO INTERNA DE RISCOS

7.1. A realização da AIR na Previscania será incluída na rotina semestral de mapeamento de riscos da Entidade, sendo documentada no máximo a cada dois anos, observando o seguinte fluxo:



7.2. A rotina da AIR deve ter por propósito a identificação das fontes de riscos existentes no âmbito da Entidade que possam expô-la a ser utilizada como meio para cometimento de crimes de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento do Terrorismo.

7.3. A AIR deverá categorizar, entre “Exposição Aceitável”, “Não Recomendável” e “Exposição Crítica”, os riscos que forem identificados, devendo considerar, no mínimo, os perfis de risco:

- a. **dos Clientes;** o perfil de baixo risco: participantes ativos ou assistidos cujas contribuições ao plano previdenciário ou pagamentos de empréstimos são descontados diretamente da folha de pagamentos do patrocinador ou da folha de pagamento de benefícios;

o perfil de médio risco: PEP assistido ou com ativo com vínculo ao patrocinador; o perfil de alto risco: participantes sem vínculo empregatício com o patrocinador, cuja fonte de renda demande informação complementar.

b. da Entidade; o perfil de baixo risco: EFPC singular; o perfil de médio risco: EFPC multipatrocinada; o perfil de alto risco: EFPC com planos instituídos.

c. das operações, produtos e serviços; o perfil de baixo risco: aportes ao plano previdenciário ou pagamentos de empréstimos oriundos de débitos em folha de pagamentos do patrocinador ou de benefícios. o perfil de alto risco: aportes extraordinários ao plano previdenciário ou pagamentos de empréstimos não oriundos de débitos em folha de pagamentos do patrocinador ou da folha de benefícios.

o das atividades exercidas pelos Colaboradores, parceiros e prestadores de serviço.

7.4. O resultado da categorização de cada risco será exposto em formato de matriz de risco, conforme ilustração a seguir, com identificação dos riscos que estão em cada uma das categorias e medidas a serem tomadas, pelo menos, em relação aos riscos tidos como “Não Recomendáveis” e “Exposição Crítica”.

C ↓	P →	Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase Certa
		Catastrófica	0	0	0	0
Maior	0	0	0	0	0	
Moderada	0	0	0	0	0	
Menor	0	0	0	0	0	
Insignificante	0	0	0	0	0	

8. PROCEDIMENTOS DESTINADOS AO CONHECIMENTO DE CLIENTES E COLABORADORES

- 8.1.** Os dados cadastrais dos Clientes e Colaboradores serão coletados observando níveis diferenciados de detalhamento proporcionais às categorias de risco, devendo ser adotadas diligências adicionais para obtenção e confirmação das informações, quando necessário.
- 8.2.** Quando da inscrição de cada novo participante, a Entidade solicitará seus dados cadastrais atualizados, bem como informação sobre o enquadramento do participante como PEP, US Person (para efeito do FATCA), dentre outras informações julgadas relevantes. Se o participante ou assistido estiver sendo representado pelos pais, por tutor ou curador, a avaliação da condição de PEP também deverá alcançar o seu representante legal.
- 8.3.** A Entidade manterá em seu sítio eletrônico na internet meios para que os participantes e assistidos possam atualizar seus dados cadastrais. Alterações de dados cadastrais das Patrocinadoras e de seus representantes legais e das atividades por ele desempenhadas também devem ser reportadas à Entidade e consideradas na AIR.
- 8.4.** Com exceção das operações de caráter estritamente previdenciário (inscrição no Plano, celebração de convênio de adesão, dentre outras indispensáveis ao objeto principal do contrato previdenciário), o estabelecimento de relação jurídica contratual com Cliente, Colaborador, parceiro ou prestador de serviços que seja ou se torne PEP ou que tenha dentre os seus representantes legais PEP precisará ser autorizada pelo Diretor PLD-FT.
- 8.5.** Nos termos da Instrução PREVIC nº 34/2020, consideram-se PEP:
- I** - os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;
 - II** - os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União, de:
 - a)** Ministro de Estado ou equiparado;
 - b)** natureza especial ou equivalente;
 - c)** presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e
 - d)** grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), nível 6, ou equivalente.
 - III** - os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Tribunais Regionais Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;

IV - os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice-Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal;

V - os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

VI - os presidentes e os tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

VII- os governadores e os secretários de Estados e do Distrito Federal, os deputados estaduais e distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Tribunais Militares, Tribunais de Contas ou equivalentes dos Estados e do Distrito Federal; e

VIII - os prefeitos, os vereadores, os secretários municipais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os presidentes de Tribunais de Contas ou equivalentes dos municípios.

IX - as pessoas que, no exterior, sejam:

- a)** chefes de estado ou de governo;
- b)** políticos de escalões superiores;
- c)** ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;
- d)** oficiais-generais e membros de escalões superiores do Poder Judiciário;
- e)** executivos de escalões superiores de empresas públicas; ou
- f)** dirigentes de partidos políticos.

X - os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

8.6. É considerado US Person aquele que se enquadrar em pelo menos uma das seguintes hipóteses:

I - ser cidadão norte-americano, ainda que possua dupla nacionalidade ou resida em outro país (a menos que tenha ocorrido a abdicação da cidade norte-americana formalmente);

II - ter nascido nos Estados Unidos, mesmo que não tenha vivido no país desde então;

III - possuir green card (permissão de residência definitiva);

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

IV – ter residência nos EUA ou presença substancial (se permaneceu nos EUA por pelo menos 31 dias durante o ano corrente, ou por 183 dias nos últimos 3 anos).

8.7. Visando a racionalização de recursos e considerando o seu perfil de risco, porte e complexidade, a Previscania, para a identificação das condições de PEP e US Person, se baseará, prioritariamente, na autodeclaração.

8.8. Na admissão de Colaboradores que sejam remunerados, direta ou indiretamente, pela Entidade, devem ser adotadas as medidas necessárias visando mitigar o risco de a Previscania ser utilizada para a prática de crimes de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento do Terrorismo (KYE), sempre de acordo com as normas de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo vigentes, podendo ser determinada a consulta a Listas Restritivas, quando necessário.

9. REGISTRO, MONITORAMENTO, ANÁLISE E COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES

9.1. A Previscania manterá **registro** de todas as operações realizadas e dos produtos e serviços contratados, conservando-o durante o período mínimo de 5 (cinco) anos, contados retroativamente da conclusão da operação ou da extinção da relação jurídica.

9.2. Todas as operações da Entidade serão **monitoradas**, sendo algumas delas selecionadas para análise, cujo resultado determinará a comunicação ao COAF, ou apenas a manutenção do registro da operação.

9.3. Serão **selecionadas para análise** as seguintes operações:

- contribuições de participante, pagamentos de parcelas/amortização de empréstimo e outros pagamentos feitos à Entidade com valores não descontados do salário;
- ✦ realizadas por PEP, independentemente do valor;
- ✦ iguais ou superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); ou
- ✦ inferiores a R\$ 10.000,00, porém que denotem artifício para burlar o controle, como, por exemplo, seguidas operações de valor inferior a R\$ 10.000,00;
- pagamentos feitos pela Entidade a participante ou assistido, ou transferências feitas em seu nome, exceto a título de benefício de caráter previdenciário, empréstimo, resgate ou

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

portabilidade, com valores iguais ou superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

- operações realizadas e os produtos e serviços contratados que, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização, os instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a existência de indícios de Lavagem de Dinheiro ou de Financiamento do Terrorismo.

9.4. Serão comunicadas ao COAF:

- no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar da verificação de sua ocorrência, independentemente de qualquer análise, as operações com valores iguais ou superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), exceto aquelas decorrentes de pagamento de benefícios de caráter previdenciário, de empréstimos a participantes ou assistidos e de portabilidade ou resgate;
- no prazo máximo de vinte e quatro horas, a contar da decisão de comunicação, as operações cuja análise concluiu pela suspeição da operação e necessidade de comunicação ao COAF.

9.5. Quando a comunicação não decorrer do enquadramento no limite de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) acima indicado, a decisão de comunicação deve ser fundamentada e registrada de forma detalhada pela Entidade. A fundamentação poderá levar em consideração, dentre outros motivos:

- a falta de esclarecimentos acerca da origem dos recursos ou a prestação de esclarecimentos considerados insuficientes;
- condições pessoais do participante ou assistido (PEP, *US Person*, figurar em Lista Restritiva etc.);
- a incompatibilidade ente o valor de contribuição realizada ao Plano e a ocupação profissional ou rendimentos do Participante;
- operações que, por sua habitualidade, valor ou forma, configurem artifício para evitar procedimentos de identificação, qualificação, registro, monitoramento e seleção;
- operações realizadas e os produtos e serviços contratados que, considerando as partes envolvidas, os valores, as formas de realização, os instrumentos utilizados ou a falta de fundamento econômico ou legal, possam configurar a existência de indícios de Lavagem de Dinheiro ou de Financiamento do Terrorismo.

10. ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE

10.1. Até o dia 30 de junho de cada ano, a Diretoria Executiva deverá aprovar e enviar para ciência dos Conselhos Deliberativo e Fiscal o RAE relativo ao exercício anterior, que deverá dispor, no mínimo, sobre:

- a) os procedimentos destinados ao conhecimento de Clientes, incluindo a verificação e a validação das informações dos Clientes e a adequação dos dados cadastrais;
- b) os procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação ao COAF, incluindo a avaliação de efetividade dos parâmetros de seleção de operações e de situações suspeitas;
- c) a governança da PPLD-FT;
- d) os procedimentos destinados ao conhecimento de Colaboradores, parceiros e prestadores de serviços; e
- e) as medidas de desenvolvimento da cultura organizacional voltadas à prevenção da Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo.

10.2. O Conselho Fiscal, enquanto órgão de controle interno da Entidade, acompanhará e controlará as medidas adotadas para a implementação das diretrizes e ações dispostas nesta PPLD-FT, incluindo no escopo de seus relatórios semestrais de controles internos avaliações acerca da matéria, levando suas conclusões, recomendações, análises e manifestações ao conhecimento do Conselho Deliberativo.

10.3. O acompanhamento feito pelo Conselho Fiscal se pautará, principalmente, no recebimento, da Diretoria Executiva, do RAE, que lhe será enviado anualmente, e da documentação relativa à AIR, que lhe será enviada, no mínimo, uma vez a cada dois anos.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Está PPLD-FT demonstra o comprometimento da alta administração da Previscania com a efetividade das ações de combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, reafirmando a busca por uma melhoria contínua desta Política, dos procedimentos e dos controles internos relacionados com o tema aqui tratado.

PREVISCANIA – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

11.2 A Previscania publicará em seu sítio eletrônico na internet, na área de acesso restrito aos participantes e assistidos, e enviará a seus Patrocinadores, parceiros e prestadores de serviço, previamente à celebração de qualquer relação contratual, a presente PPLD-FT. O documento será classificado como de acesso público e estará permanentemente disponível e divulgada no sítio eletrônico da Entidade, com uso de linguagem clara e acessível.

11.3 Todo o tratamento de informações de Clientes, pela Entidade, será realizado observando a legislação vigente que rege a proteção de dados pessoais.

11.4 Está PPLD-FT entra em vigor a partir da data da sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da Previscania, sendo o primeiro RAE aprovado até o dia 30 de junho de 2022.

Suporte para dúvidas / Contatos

Dúvidas ou solicitações de suporte adicional referentes ao conteúdo ou à aplicação desta PPLD-FT devem ser dirigidos a Previscania, através do E-mail: previscania@scania.com



PreviScania